

TRIBUTAÇÃO E PREÇOS

Combatendo as alegações da indústria

Alegação: Impostos mais altos sobre o tabaco prejudicarão a economia.

Os aumentos de impostos levarão a reduções significativas de empregos no setor de cultivo e fabricação de tabaco, assim como de atacado, varejo e outros setores econômicos. Conseqüentemente, os aumentos fiscais terão um impacto adverso em toda a economia.

VERDADE

O cultivo e a fabricação de tabaco representam uma porção pequena e, na maioria dos países, decrescente das atividades econômicas.

De modo geral, os empregos no cultivo de tabaco são baixos em comparação a outras atividades agrárias. Devido à natureza viciante dos produtos derivados de tabaco, qualquer redução na demanda por tabaco será gradual, dando aos cultivadores de tabaco o tempo necessário para a transição do tabaco para culturas alternativas.¹

A fabricação de tabaco gera um nível muito baixo de empregos, e mesmo estes empregos estão em processo de redução devido à automação e mecanização do processo de fabricação.

O impacto dos aumentos nos impostos sobre tabaco em outros setores provavelmente será positivo, já que o dinheiro que fumantes gastariam em tabaco será gasto em outros bens e serviços.² O efeito líquido de empregos oriundo dessa mudança nas preferências dos consumidores muito provavelmente será positivo, gerando mais empregos em outros setores.

Alegação: Impostos mais altos sobre tabaco aumentam o contrabando.

Aumentos de impostos sobre produtos de tabaco levarão a maior contrabando, produção ilegal de cigarros e atividade criminal relacionada.

VERDADE

Os impostos sobre tabaco não são o motivo primário para contrabando e evasão fiscal. O Banco Mundial demonstrou que níveis de contrabando tendem a aumentar junto ao grau de corrupção num país. Por exemplo, mesmo com um dos níveis mais altos de preços e tributação de cigarros, o contrabando é quase inexistente em países Escandinavos. Enquanto que cigarros contrabandeados podem ser facilmente comprados na Albânia, no Camboja e no Leste Europeu, onde os impostos e preços de cigarros são baixos.³

Muitos países aumentaram significativamente os

impostos sobre tabaco sem passar por alterações em contrabando ou produção ilícita. A experiência mostra que essas atividades ilegais podem ser controladas por meios legais (ou seja: uso de carimbos de impostos proeminentes, números em série, marcações especiais em embalagens, alertas de saúde em idioma local) e por fiscalização (ex.: maior auditoria corporativa, melhores sistemas de monitoramento e boas administrações).⁴ As receitas geradas por um aumento tributário podem financiar essas atividades.

Os benefícios de preços mais altos de tabaco em termos de saúde e receita foram significativos mesmo em países onde há contrabando. Impostos mais altos reduzem o consumo e aumentam a receita do governo, mesmo na presença de contrabandistas de cigarros.⁵

Alegação: Impostos mais altos de tabaco reduzirão as receitas fiscais.

As reduções em vendas de tabaco causadas pelos aumentos fiscais serão tão grandes que anularão o impacto da maior taxa.

VERDADE

Impostos mais altos sobre tabaco produzem receitas fiscais mais altas. A demanda por produtos de tabaco é inelástica, o que quer dizer que a redução relativa na demanda por tabaco é menor que a dimensão relativa do aumento tributário. Assim, mesmo que a demanda seja reduzida e os preços subam, o imposto mais alto resultará em aumentos gerais das receitas de impostos.

Todas as entidades nacionais e locais com um sistema tributário eficiente que têm aumentado significativamente seus impostos sobre cigarros têm desfrutado de aumentos substanciais em receitas, mesmo reduzindo o uso do tabaco.

Na África do Sul, cada 10% de aumento dos impostos de consumo sobre cigarros foram associados com um aumento aproximado de 6% nas receitas de consumo de cigarros, mesmo com a redução do uso do tabaco. De 1994 a 2001, as receitas de consumo foram mais que dobradas como resultado do aumento dos impostos na África do Sul.⁶

Na Tailândia, os aumentos de impostos entre 1994 e 2007 aumentaram os impostos de consumo sobre cigarros de 60% a 80% do preço de atacado, aumentando as receitas fiscais de 20.002 milhões de THB para 41.528 milhões de THB em 2007, mesmo com a redução do consumo.⁷

TRIBUTAÇÃO E PREÇOS: Combatendo as alegações da indústria

Alegação: Impostos mais altos de tabaco prejudicarão os pobres.

Aumentos nos impostos sobre tabaco são regressivos e incidem de forma desproporcional sobre os pobres, que já têm poucos prazeres; impostos mais altos sobre tabaco farão com que o produto seja inacessível a eles.

VERDADE

A indústria do tabaco visa de forma agressiva os pobres com sua publicidade.

O tabaco é consumido de forma desproporcional pelos pobres. Na maioria dos países, as taxas de tabaco são maiores entre os grupos de baixa renda. Grupos de baixa renda gastam uma porcentagem maior de sua renda em produtos de tabaco. As casas indonésias com fumantes gastavam 11,5% de sua renda familiar em produtos de tabaco em comparação a 11% gastos em peixes, carnes e leite juntos; 3,2% em educação e 2,3% em saúde.⁸ Os aumentos em impostos de tabaco podem ajudar a motivar os grupos de baixa renda a reduzir a quantidade de tabaco consumida ou mesmo o consumo geral de tabaco, permitindo que redirecionem seus recursos a alimentação, habitação, educação e saúde.

Metade dos usuários de tabaco de longo prazo morre prematuramente de doenças relacionada a tabaco. Populações de renda menor são mais responsivas a aumentos de preços de tabaco que as de maior renda. Impostos mais altos sobre tabaco reduzem seu uso em meio a pessoas de renda mais baixa, reduzindo assim o fardo que o tabaco impõe de forma desproporcional sobre os pobres.²

Alegação: Impostos mais altos sobre cigarros encorajarão os fumantes a comprarem marcas mais baratas de cigarro ou outros produtos relacionados a tabaco para evitar os impostos.

Os fumantes trocarão para marcas mais baratas ou outros produtos de tabaco. Não haverá redução geral no uso de tabaco.

VERDADE

Nem todos os fumantes ficarão tentados a comprar cigarros ou produtos de tabaco mais baratos. Mesmo quando alternativas estão disponíveis, diversos estudos de todo o mundo confirmam que preços mais altos em cigarros evitam que as pessoas comecem a fumar, as encorajam a parar e reduzem a quantidade de cigarros fumados.³

Os sistemas fiscais que favorecem impostos específicos de consumo reduzem as diferenças de preços entre as várias marcas, limitando assim a substituição de produtos de tabaco quando ocorrem aumentos de impostos.

Alegação: As taxas fiscais já são altas

A maioria dos países já tem taxas muito altas de impostos sobre produtos de tabaco.

VERDADE

Na maior parte do mundo, os impostos sobre tabaco continuam baixos e o tabaco é barato. Os produtos derivados de tabaco em diversos países se tornaram mais acessíveis ao longo do tempo conforme as economias e as rendas familiares aumentaram, mesmo quando preços, ajustados conforme a inflação, permaneceram estáveis ou mais altos.⁹

Os impostos sobre tabaco não são altos o bastante para cobrir os enormes custos que o tabaco impõe sobre indivíduos, famílias em países, incluindo custos de saúde para doenças relacionadas a tabaco, produtividade perdida devido a mortes prematuras, incêndios devidos a uso do tabaco e desmatamento para cultivo do tabaco. Impostos mais altos sobre tabaco podem ser usados para pagar estes custos, produzir fundos para ações voltadas à redução do consumo de tabaco e reduzir o fardo do uso do tabaco sobre a sociedade.

Alegação: Impostos mais altos de tabaco punem os usuários de tabaco.

O tabaco é um prazer. Aumentar os impostos significa que os usuários pagarão mais por seu prazer.

VERDADE

O uso de tabaco mata. A maioria dos usuários de tabaco começa o uso e o vício antes dos 20 anos, quando são jovens demais para perceber os riscos do uso do tabaco.¹⁰ Entre usuários de tabaco que compreendem os riscos, uma maioria relata vontade de parar¹¹, mas a dependência dificulta esse processo. Os impostos sobre tabaco encorajam os usuários a parar, afetando positivamente sua saúde.

Alegação: Impostos mais altos sobre o tabaco não reduzirão seu uso.

Como o poder de dependência do tabaco é muito forte, preços mais altos não afetarão a demanda; portanto, aumentar impostos não é justificável.

VERDADE

Numerosos estudos e experiências de diversos países demonstraram que impostos mais altos sobre tabaco reduzem o número de usuários de tabaco e doenças e mortes relacionadas a seu uso.¹²⁻¹⁹ Preços mais altos encorajam usuários a parar de fumar, evitam que comecem e evitam a reincidência por parte de ex-usuários. Preços mais altos

TRIBUTAÇÃO E PREÇOS: Combatendo as alegações da indústria

também reduzem o número de cigarros fumados por dia entre fumantes continuados.

Aumentos de impostos que elevassem os preços reais dos cigarros em 10% ao redor do mundo resultariam em 40 milhões de fumantes parando de fumar e evitariam 10 milhões de mortes relacionadas ao tabaco.³

Alegação: Os governos interferem na liberdade de escolha dos consumidores quando tarifam o tabaco e desencorajam o uso. A responsabilidade dos governos deve cessar ao divulgar às pessoas os riscos do uso de tabaco.

VERDADE

Mesmo em países de alta renda, muitos usuários de tabaco subestimam os riscos do tabaco ou não têm consciência deles. A maioria dos usuários de tabaco começa seu uso num momento da juventude em que são muito novos para perceber os riscos. O tabaco não é como qualquer outro produto de consumo. Quando usado conforme o previsto, ele aumenta significativamente o risco de morte prematura. O tabaco causa dependência, que se manifesta quando os usuários tentam parar de fumar.

A indústria do tabaco gasta bilhões de dólares a cada ano para comercializar seus produtos.²⁰ Jovens e fumantes são bombardeados todos os dias com propaganda enganosa relativa a tabaco. A propaganda do tabaco reduz os riscos percebidos do uso de tabaco e faz com que as pessoas pensem que fumar é glamuroso e legal.

O uso do tabaco impõe custos a famílias e governos na forma de custos de tratamento de doenças relacionadas a tabaco e produtividade perdida devida a mortes prematuras.²¹ Fumar impõe custos em não-fumantes que desenvolvem doenças ou morrem prematuramente devido a exposição a fumo passivo.

Por todos esses motivos, os governos têm a responsabilidade de intervir para evitar que crianças comecem a fumar e reduzir os custos impostos pelo uso do tabaco na sociedade como um todo.³

1. Giest H, Changb K, Adballah J. Tobacco growers at the crossroads: Towards a comparison of diversification and ecosystem impacts. *Land Use Policy*. 2009;26:1066-79. 2. Chaloupka F, Hu T, Warner KE, Jacobs R, Yurekli A. The taxation of tobacco products. In: Jha P, Chaloupka F, editors. *Tobacco control in developing countries*. New York: Oxford University Press, Inc.; 2000. 3. World Health Organization (WHO). *Building blocks for tobacco control: A handbook*. Geneva: Tobacco Free Initiative; 2004. Available from: <http://www.who.int/tobacco/resources/publications/general/HANDBOOK%20Lowres%20with%20cover.pdf>. 4. Jha P, Chaloupka F. *Tobacco control in developing countries*. Oxford: Oxford University Press; 2002. 5. Ross H, Chaloupka FJ. Economic policies for tobacco control in developing countries. *Salud Publica Mex*. 2006;48 Suppl 1:S113-20. 6. van Walbeek C. Tobacco excise taxation in South Africa. South Africa: World Health Organization; 2003. Available from: http://www.who.int/tobacco/training/success_stories/en/best_practices_south_africa_taxation.pdf. 7. Vathesatogkit P. Benefits that Thailand tobacco control law and program bring to the country. *Tobacco and Health*, WHO: 1996-2002 2008. 8. Barber S, Adiotomo SM, Ahsan A, Setyonoaluri D. Tobacco economics in Indonesia. Paris: International Union against Tuberculosis and Lung Disease; 2008. Available from: http://www.worldlungfoundation.org/downloads/Tobacco_Barber.pdf. 9. Blecher EH, Van Walbeek C. Cigarette affordability trends: An update and some methodological comments. *Tobacco Control*. 2009;18:167-75. 10. U.S. Department of Health and Human Services (HHS). *Preventing tobacco use among young people: A report of the Surgeon General*. Washington, D.C.: Centers for Disease Control and Prevention, Coordinating Center for Health Promotion, National Center for Chronic Disease Prevention and Health Promotion, Office on Smoking and Health; 1994. Available from: http://www.cdc.gov/tobacco/data_statistics/sgr/sgr_1994/index.htm. 11. Pan American Health Organization (PAHO). *Nicotine addiction and smoking cessation*. Policy Brief. PAHO; 1999. 12. Chaloupka FJ. Macro-social influences: the effects of prices and tobacco control policies on the demand for tobacco products. *Nicotine Tobacco Research*. 1999;1 Suppl 1:S105-9. 13. Orzechowski, Walker ZA. Tax burden on tobacco 2006. USDA Economic Research Service; 2006. Available from: www.ers.usda.gov/Briefing/tobacco. 14. Farelly M. State cigarette excise taxes: Implications for revenue and tax evasion. North Carolina: RTI International; 2003. Available from: http://www.rti.org/pubs/8742_Excise_Taxes_FR_5-03.pdf. 15. U.S. Centers for Disease Control and Prevention (CDC). *Country tax offices: Data highlights 2006 and underlying CDC data/estimates*. Atlanta: 2006. Available from: http://www.cdc.gov/tobacco/data_statistics/fact_sheets/health_effects/effects_cig_smoking/. 16. Miller DP, Villa KF, Hogue SL, Sivapathasundaram D. Birth and first-year costs for mothers and infants attributable to maternal smoking. *Nicotine and Tobacco Research*. 2001 February;3(1):25-35. 17. Lightwood JM, Glantz SA. Short-term economic and health benefits of smoking cessation: Myocardial infarction and stroke. *Circulation*. 1997 August 19;96(4):1089-96. 18. Hodgson TA. Cigarette smoking and lifetime medical expenditures. *Milbank Quarterly*. 1992;70(1):81-125. 19. U.S. Centers for Disease Control and Prevention (CDC). *US Census*. Atlanta: National Center for Health Statistics. Available from: <http://www.cdc.gov/nchs/Default.htm>. 20. U.S. Federal Trade Commission (FTC). *Cigarette Report for 2003*. Washington DC: FTC; 2005. Available from: <http://www.ftc.gov/reports/cigarette05/050809cigrpt.pdf>. 21. Townsend JL. *The role of taxation in tobacco control* (In Abedian I). Cape Town: Applied Fiscal Research Centre, University of Cape Town; 1998.